

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXIX • Janeiro / Fevereiro / Março 2020 • Nº 107

COVID-19 Somos Todos Chamados ao Combate!



**31 de Janeiro
Dia Nacional do Sargento**

Págs. 5,6,7,8,9,10 e 11

**RAMMFA!
- Despachos e...Visões!**

Pág. 3

**Hospital Militar de Belém
- Porquê?**

Pág. 12 e 13



EDITORIAL

Chamados à “Trincheira do Combate”! Agora e depois de vencida a batalha!

Subitamente, de forma avassaladora, desabou sobre todos nós uma situação ímpar! Estamos a viver uma realidade única e um tempo em que todos somos chamados à “trincheira do combate” contra um inimigo insidioso e invisível.

Como é aconselhável e desejável em momentos mais difíceis, impõe-se que uma serena firmeza guie as nossas acções e decisões.

Sabendo que em nós impera o espírito de servir Portugal e os portugueses, é importante que o possamos fazer de acordo com as necessidades, mas sem causar qualquer tipo de dificuldade ao trabalho de quem tem de tomar decisões e responder às solicitações que se colocam.

Este é um momento em que todos temos a missão de contribuir para a necessária capacidade de funcionamento das instituições.

Todos sabemos que os ramos das Forças Armadas dispõem dos mecanismos e meios para convocar o pessoal em caso de necessidade absoluta.

Este não é certamente o tempo para ninguém “se colocar em bicos de pés”! Este não é o tempo para narcisismos! Este não é o tempo para protagonismos desproporcionados! Este é o tempo para a solidariedade! Este é acima de tudo, o tempo para a

consciência e responsabilidade enquanto cidadãos.

Sabemos que existe legislação que enquadra cada tipo de situações e, portanto, é necessário que não se confundam conceitos nem podemos dar azo a que alguém se pretenda aproveitar da situação grave para tentar forçar medidas desapropriadas e excessivas que posteriormente se tornarão nocivas ao normal funcionamento de uma sociedade democrática.

Mas, vencida esta dura batalha - porque ela vai ser certamente vencida - depois de contabilizar perdas e danos, será então o momento de fazer a reflexão sobre os erros, as omissões, mas sobretudo sobre as acções que nos conduziram às evidentes, porém antecipadamente denunciadas, dificuldades. Tal reflexão terá, contudo, de ser feita com a mesma consciência e responsabilidade de cidadãos, com serenidade, seriedade, sem preconceitos, sem sobrançeria nem complexos elitistas.

Será tempo para que os responsáveis (civis e militares) falem verdade aos cidadãos e, entre outros factores, expliquem qual foi o critério, ou critérios, que presidiram à decisão de fixar o número de militares entre 30.000 e 32.000. Porque não cem? Porque não cem mil? Qual foi a racional? Que estudo, ou estudos sustentados, determinaram

a fixação dos números de militares nos respectivos ramos, postos, armas e serviços, classes ou especialidades? Que intenções presidiram (ou quem o exigiu), de fora e de dentro das Forças Armadas, à imposição de medidas que conduziram à descaracterização da Instituição Militar, de onde realça, entre outros aspectos negativos, a situação de completa inversão da pirâmide hierárquica, numa realidade de haver mais Oficiais e Sargentos do que Praças?

Será tempo de explicar a razão, ou razões, que levaram sucessivos governos a desprezar as evidentes carências das Forças Armadas, naquilo que é o seu bem mais precioso e valioso, o Factor Humano. Surdos aos alertas daqueles que no terreno sentem e vivem diariamente as dificuldades, inebriados na sua ilusória cadeia de poder, sucessivos governos, com a complacência de responsáveis militares, prosseguiram no sentido lesivo da Condição Militar, materializando a oportunamente denunciada “comissão liquidatária das Forças Armadas”!

Será tempo para exigir o integral respeito pelas leis em vigor. Tal passa igualmente pelo respeito das inúmeras directivas que, embora assinadas e ratificadas pelos representantes portugueses nas instituições europeias, não são implementadas quando se transpõem as fronteiras

para dentro do território nacional. Não se pode ser muito “moderno” nas instâncias europeias e retrógrado no espaço nacional.

Será então, desejavelmente, o tempo para que os governantes e os militares percebam e aceitem que o associativismo profissional dos militares tem um papel fundamental na defesa dos direitos socio-profissionais de TODOS os militares, sem que tal possa significar interferência com a hierarquia, com a cadeia de comando ou com a operacionalidade das Forças Armadas.

Será o tempo de perceber que a capacidade de representação jurídica dos associados, bem como o diálogo social e a capacidade de negociação colectiva com vínculos, não podem ser só uma realidade entre os militares “lá fora”, nos países ditos “mais evoluídos”!

Será o tempo de perceber que a “trincheira do combate” que em tempo de dificuldade todos somos chamados a garantir, deverá ser a mesma “trincheira do combate” que em tempo de paz temos de garantir, dando mais força à ANS, para uma cada vez mais efectiva defesa dos direitos socioprofissionais dos Sargentos de Portugal e suas famílias! ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

INFORMAÇÃO

O Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13 de Março, da Presidência do Conselho de Ministros, estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus — COVID 19.

O seu Artigo 18º, relativo aos prazos de realização de assembleias gerais, determina que “as assembleias gerais das sociedades comerciais, das associações ou das cooperativas que devam ter lugar por imposição legal ou estatutária, podem ser realizadas até 30 de Junho de 2020”.

Nesse sentido, e tendo em conta o empenhamento no combate à propagação desta pandemia que, enquanto cidadãos e dirigentes associativos responsáveis, também estamos obrigados, venho por este meio informar que a assembleia geral para apresentação do Relatório e Contas do ano de 2019 e o Orçamento e Plano para o ano de 2020 que, nos termos da alínea a) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos e da alínea a) do nº 1 do Artigo 12º do Regulamento Interno, se deveria realizar durante o primeiro trimestre de 2020, fica adiada para data a anunciar oportunamente.

Lisboa, 20 de Março de 2020

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão



Plano para a Profissionalização Militar (PPM)! Observatórios e Comissões de Acompanhamento!



A apresentação do PPM, há um ano atrás (ABR19), com pompa e circunstância, palavras do MDN, foi “o culminar do processo de maturação de uma dimensão Política de Defesa Nacional, que se tem revelado de enorme importância para o futuro das Forças Armadas: a valorização da carreira militar e das mulheres e homens que nela ingressam”. “Duas décadas depois do fim do serviço militar obrigatório... é tempo de se fazer uma avaliação desta opção política”. Vinte anos depois, ressalve-se a coragem, Sr. Ministro...

Este PPM está em vigor e baseou-se num Estudo de Caracterização Sociodemográfica e de Satisfação Organizacional, dos Militares do Regime de Voluntariado e de Contrato, dos três Ramos das Forças Armadas, efectuado pelo Ministério da Defesa Nacional/Direcção Geral de Recursos da Defesa Nacional, com o apoio do ISCTE-IUL, com a coordenação científica da Professora Helena Carreiras, baseado num questionário feito a mais de 7000 militares (dos diferentes Ramos), em 2016. Assenta em três eixos estratégicos e, dentro des-

tes, nas respectivas áreas de intervenção: Recrutamento/Retenção/Reinserção. O PPM, define timings concretos e precisos para cada uma das acções a tomar pelas entidades envolvidas (Gab.MDN; DGRDN; EMGFA; CEM'S; RAMOS...). Define também a criação e implementação do **Observatório do Serviço Militar (OSM)**, através da DGRDN e dos Ramos, tendo como data de conclusão o 2º semestre de 2019, para “recolher, agregar e tratar informações em vários momentos estruturantes da relação dos militares com as FA, fornecendo inputs empíricos para a elaboração de estratégias de desenvolvimento, numa óptica de melhoria contínua e de potenciação da sustentabilidade do modelo”, resumindo, para fazer a monitorização do PPM.

Ora, este Observatório já deveria ter sido criado até Dezembro de 2016, conforme consta no Despacho nº 8474/16 de 30JUN do actual Presidente da Comissão de Defesa, Deputado Marcos Perestrelo, à data, Secretário de Estado da Defesa Nacional...

Foi agora criada, através do Despacho nº 3733/2020 de 23MAR, a **Comissão de Acompanhamento do Plano de Acção para a Profissionalização do Serviço Militar**, para fazer, aquilo que o Observatório (que não foi criado) deveria fazer... E quem fará parte desta Comissão? Um General de cada Ramo e um do EMGFA, um Dirigente Intermédio ou superior da DGRDN e, a Coordenação da Comissão, estará a cargo

do Ex-CEMGFA, General Valença Pinto... Em suma, Generais! O Coordenador, um General Reformado que há quase uma década “não calça as botas” ...

Resumindo e baralhando: O PPM existe. Está em vigor. Muitas das acções que deveriam já ter sido implementadas não o foram (é ler o PPM de fio a pavio para o confirmar). Quem deveria monitorizá-lo, não o fez, pois nem sequer existia...

Quem está no terreno, em efectividade de serviço (e não na Reserva fora da efectividade de serviço ou na Reforma) a percepção que tem, diariamente, é que tudo, tudo está pior de dia para dia...

Ficam as seguintes perguntas, à consideração:

- Não tem havido vontade em implementar as mediadas e acções do PPM? Tem havido resistências ao mesmo? De quem? Porquê? Devido aos dados estarem desactualizados (os inquéritos são de 2016 – a maioria dos militares RV/RC, alvo do mesmo, já nem estão nas fileiras...)? No fundo, não se acredita no PPM?

O MDN parece acreditar... A Coordenadora do Estudo é agora a Directora do Instituto de Defesa Nacional...

Por último, onde ficam, mais uma vez, as Associações Profissionais de Militares, no meio disto tudo? Ao arrepio da Lei, mais uma vez, fora do circuito! Mas neste caso Sr. Ministro, obrigado!

Carlos Colaço ▲

Regulamento de Avaliação (RAMMFA)! Despachos e diferentes Visões!

O malfadado RAMMFA continua a fazer o seu caminho. O caminho que alguém quis que ele fizesse. E estragos. Muitos estragos. Nos três Ramos das Forças Armadas. E nas três Classes. Continua a prejudicar muitos (os ultrapassados) mas também a beneficiar alguns (os que ultrapassam). E não, não serão, certamente, estes últimos, a manifestarem-se contra o RAMMFA... Estes últimos, ainda que sem culpa, também são vítimas deste regulamento! E tudo isto, continua a minar a coesão e o espírito de corpo.

E o RAMMFA mantém-se inalterado. Nem uma linha lhe foi, ainda, mudada! Mesmo com uma Resolução da Assembleia da República que já tem um ano! Que raio de país é este, em que nem os partidos, através dos seus representantes, na Comissão de Defesa, respeitam e cumprem as recomendações da Assembleia da República?

Certamente, é o país que alguns merecem...

O RAMMFA é um mau regulamento! Pese embora beneficie uns poucos...

Pelo menos um Chefe Militar, mais avisado, atento, e muito mais comprometido com os seus subordinados do que outros, já o percebeu (pese embora, se



este RAMMFA existe, nos moldes em que foi feito, também única e simplesmente aos Chefes Militares se deva!). O Ministro assinou-o, mas, quem o propôs, foram os Chefes Militares. Por acaso (ou talvez não), alguns dos que o propuseram, também já por cá não andam.... Andam activíssimos a gozar o seu tempo de Reserva... E quem o assinou, também anda, certamente, com outro tipo de preocupações...

Mas nós, os outros, as vítimas, continuamos a “mamar” com ele!

Quem fez este Regulamento, defendeu que, com ele, as promoções, a partir desse

momento, teriam de passar a ser baseadas no mérito... Como se até então, não tivesse sido isso que sempre aconteceu. Os Senhores Generais/Almirantes, que propuseram o RAMMFA, e que foram sendo promovidos até atingirem o posto de Coronel/Capitão de Mar-e-Guerra, com os anteriores regulamentos de avaliação do mérito, um de cada ramo, atingiram esse posto, de que forma? Sem mérito? Não nos parece.

Já ao Generalato/Almirantado, muita tinta haveria para escrever...

Assim sendo, porque é que, se os anteriores regulamentos de avaliação do mérito

dos ramos, foram bons para eles, para chegarem a Coronel/Capitão de Mar-e-Guerra, já não podem ser bons para nós?

Fica a pergunta...

Como nem uma linha se altera do RAMMFA, o actual Chefe dum Ramo, com o menino nas mãos e a difícil gestão das crises internas derivadas do processo avaliativo, vai tentado minimizar os estragos, alterando, para melhor, sem dúvida, o seu anterior despacho. Assim, nas promoções por escolha, este ano, para que um militar ultrapassasse outro mais antigo, nesse Ramo, só o poderá fazer, se a diferença for superior a 0,6 valores. Mas no ano transato, nesse Ramo, alguém foi ultrapassado por 0,3... Ainda assim, nesse Ramo, para este ano, melhorou-se...

Já nos outros dois Ramos, 0,3 e 0,5 valores, chegaram e sobram, no ano anterior para se ser ultrapassado e, neste ano, assim continuará... Se eram maus, maus continuarão! Coerência? Desta? Não obrigado.

Isto leva-nos a outra questão... O que é que tem de comum, um regulamento, onde os Chefes dos diferentes Ramos têm uma visão completamente diferente do mesmo?...

Fica mais esta pergunta...

Carlos Colaço ▲



A Importância do Trabalho Sindical

Pela primeira vez as Associações Profissionais de Militares (APM) (Associação Nacional de Sargentos – ANS; Associação de Oficiais das Forças Armadas – AOFA e Associação de Praças – AP) participaram, com o estatuto de “Observadores” num congresso de uma confederação de sindicatos.

No XIV Congresso da CGTP-IN, que decorreu nos passados dias 14 e 15 de Fevereiro no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha, as APM ocuparam os lugares que lhes estavam reservados, bem como outros elementos das estruturas representativas das forças e serviços de segurança, nomeadamente da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia Marítima e da Polícia judiciária, junto dos demais delegados sindicais.



Foi (mais) uma oportunidade soberana de aprendizagem e de cimentar ideias e conceitos que desde há muito tempo a ANS vem defendendo, particularmente no que diz respeito ao direito de representação jurídica dos seus associados e ao direito ao diálogo social e negociação colectiva com vínculos.

De entre as muitas intervenções apresentadas naqueles dois dias de intenso trabalho sindical, destacamos partes da

intervenção de Alexandre Plácido, representante do STEFFAs (Sindicato dos Trabalhadores Cíveis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa), pela sua importância e pela particularidade da ligação às Forças Armadas.

Este dirigente sindical referiu que os quatro anos que decorreram desde o anterior congresso, foram a confirmação de que nada substitui a forma organizada como os trabalhadores lutam e que a resistência e a mobilização permanentes permitem alcançar muitos dos objectivos reivindicados, dando como exemplo que, durante dois anos, um processo de admissão de 42 novos trabalhadores para o Arsenal do Alfeite foi boicotado pelo anterior governo argumentando a falta de autorização por parte do ministério das Finanças. Perante a evidente diminuição de efectivos no Estaleiro do Arsenal do Alfeite, os trabalhadores tomaram em mãos medidas para forçar o desbloquear da situação. Essas medidas passaram por plenários, manifestações em frente ao ministério das Finanças, concentrações de dirigentes, sempre com o objectivo da admissão de novos trabalhadores. E foi assim que, já no final de 2019, o processo de admissão de novos trabalhadores teve início, mesmo que este

esteja ainda longe de suprir as necessidades, mas, se de facto não ficou esquecido numa qualquer gaveta, foi porque os trabalhadores e os dirigentes sindicais não aceitaram ver o seu Estaleiro a definhar e tomaram em suas mãos lutar por esta causa.

Alexandre Plácido referiu que o anterior governo, bem como o actual, terminou o trabalho iniciado no governo PSD/CDS quando se iniciou um ataque cerrado aos Estabelecimentos Fabris do Exército,

unidades industriais estratégicas, não só para o bom funcionamento das Forças Armadas, mas também para a independência e soberania do País.

Na sua intervenção não deixou de referir que, já com o actual governo em funções, foi extinto o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF), enquanto entidade autónoma, passando a ser uma mera Unidade do Exército, quando, ao contrário, seria primordial manter, e até alargar, a sua autonomia, pelo potencial de apoio ao Serviço Nacional de Saúde (*à data deste evento não se previa a dimensão da crise do coronavírus que todos estamos a enfrentar*). Lembrou ainda que, durante a discussão do Orçamento de Estado para 2020, foi aprovada uma proposta do grupo parlamentar do PCP que prevê a criação de um Laboratório Nacional do Medicamento a partir da actual estrutura do LMPQF.

Alexandre Plácido reforçou a ideia de que a acção sindical e intervenção do STEFFAs se estende aos três ramos das Forças Armadas, aos seus serviços departamen-

tais, aos seus institutos e outros organismos por todo o País, pois apoiam trabalhadores que prestam serviço no mundo militar mas são civis e são trabalhadores da Administração Pública como tantos outros, e sofrem com problemas que são comuns.

Antes de terminar não se esqueceu de referir as OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, SA, uma empresa privatizada mas de grande importância para o sector da Defesa e para o tecido industrial do País, onde se luta actualmente por uma contratação colectiva que dignifique os trabalhadores, num difícil processo negocial que dura já há quase um ano.

Da intervenção deste dirigente sindical se percebe a importância de defender os direitos de uma forma organizada, com determinação, disponibilidade e unidade, tendo como base uma estrutura representativa com direitos reconhecidos de representação jurídica dos seus associados, de efectivo diálogo social e de negociação colectiva com vínculos.



Foi essa a tónica da intervenção de Lima Coelho, que em nome das três APM, dirigiu ao congresso, para além de apresentar os agradecimentos pelo convite para a participação efectiva neste evento, com o estatuto de observadores. ▲

45º ANIVERSÁRIO do Clube do Sargento da Armada

No passado dia 22, na sua sede social em Lisboa, teve lugar a sessão solene comemorativa do 45º aniversário do Clube do Sargento da Armada-CSA. A ANS foi convidada e esteve presente com uma delegação constituída pelo Luís Bugalhão, Presidente da AG, e pelo Ricardo Ferreira, Vogal da Direcção. Houve outras entidades presentes, ou que enviaram representação, entre as quais a União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, os dois outros Clubes da Marinha, o de Praças e o de Oficiais, as outras duas associações sócio profissionais de militares AOFA e AP, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, a Associação das Colectividades de Lisboa, a Associação Conquistas da Revolução, a Voz do Operário, a Associação de Fuzileiros e vários associados e familiares, entre os quais o Sócio Honorário, José Manuel Maia. Da Marinha esteve um representante do CEMA, Antunes Rodrigues, que presidiu à sessão.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Carlos Capela, após agradecer a presença de todos, deu início à sessão e deu a palavra ao presidente da Direcção, Rui Soares, que fez um balanço da actividade do CSA no último ano. Seguidamente, num acto singelo, mas simbólico, foram



entregues o diploma e o emblema aos associados que completaram 25 anos de associado.

Foi então passada a palavra aos convidados. A ANS deu os parabéns ao CSA, reafirmando a relação *umbilical* existente desde sempre entre estas duas organizações de Sargentos. Salientando que, na fundação em 1975, o CSA nasceu como forma de organizar os Sargentos da Armada em torno dos seus problemas de classe, ao mesmo tempo que aliava a vertente sociocultural para contribuir para o bem-estar dos camaradas e das suas famílias. A ANS

também *nasceu lá*, no CSA. Agora, com aparecimento das Associações Profissionais, a vertente sociocultural da actividade do CSA tem vindo a ganhar preponderância. Mas, acrescentou Luís Bugalhão, e é esta uma das grandes virtudes do CSA, ao longo destes 45 anos de existência, quer os Dirigentes, quer os sócios, têm entendido muito bem as mudanças na sociedade portuguesa pós 25 de Abril, por forma a adaptar-se aos novos tempos sem apagar a memória dos tempos de luta que os fundadores do Clube viveram. É aliás neste caldo cultural, de ideias novas e métodos mais antigos, que reside a força do CSA.

Por fim, e ainda antes da actuação do quarteto de saxofones da Banda da Armada, foi dada a palavra aos associados que também deram os parabéns ao CSA, pelos 45 anos de luta na defesa dos direitos e na promoção social e cultural dos Sargentos da Armada, como ainda deram os parabéns aos dirigentes por, num quadro difícil de tantas dificuldades para o associativismo, continuarem a manter o navio a navegar neste mar, que, não sendo ainda de temporal, há muito deixou de ser mar chão.

Venham mais 45! Parabéns CSA.

Luís Bugalhão ▲



31 de Janeiro - Abertura e Encerramento nas Regiões Autónomas

Como já vem sucedendo desde há alguns anos, também neste ano de 2020 as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” tiveram a sua abertura na Região Autónoma da Madeira.

Assim, na tarde de 24 de Janeiro a delegação da ANS, Lima Coelho e Carlos Colaço, rumou ao Funchal, onde foram recebidos pelo dirigente da ANS José Mendes, reforçando a delegação. Nessa noite, na sede da banda “Os Guerrilhas”, no Pico dos Barcelos, decorreu uma reunião/debate com Sargentos dos três ramos que residem e/ou prestam serviço nas diversas unidades militares existentes na Região Autónoma da Madeira.

Na noite de 25 de Janeiro decorreu o jantar comemorativo após o qual se fizeram as intervenções relativas à efeméride.



No final do jantar tomou posse a comissão que ficou com a missão de organizar os eventos comemorativos em 2021, ficando também fiéis depositários da bandeira da ANS, que lhes foi entregue pela comissão que organizou este evento em 2020.



Entretanto, depois de correio trocado entre a Direcção da ANS e o Presidente da Câmara Municipal do Funchal, dando-lhe conta da pretensão dos Sargentos que residem e/ou prestam serviço naquela região autónoma, pelas 10H00 da manhã do passado dia 31 de Janeiro, junto às ruínas do Forte de S. Filipe, na Praça da Autonomia, onde confluem a Rua 31 de Janeiro e a Rua 5 de Outubro, Sargentos dos três ramos das Forças Armadas (representados pelo dirigente da ANS José Mendes) e Sargentos da GNR (representados pelo SMOR Ernesto Coelho) prestaram uma homenagem singela, porém sentida e de grande significado, aos Heróis do 31 de Janeiro de 1891, percussores da República instaurada em 5 de Outubro de 1910, depositando uma coroa de flores e prestando declarações à imprensa regional.

O encerramento das comemorações do Dia Nacional do Sargento decorreu, em dois tempos diferentes, na Região Autónoma dos Açores.

Assim, na manhã de Sexta-feira dia 7 de Fevereiro, a delegação da ANS, Lima Coelho e Francisco Silva, chegou a Ponta Delgada. Sendo recebida no aeroporto pelo delegado da ANS no RG2, António Assunção, e pelo delegado regional da ANS para o pessoal da Reserva e Reforma, Mário Rocha.

Recebidos pelo Sargento-Mor do Quartel-General, e depois da apresentação de cumprimentos ao Comando da Zona Militar dos Açores e de uma instrutiva visita ao Museu Militar existente nas instalações daquele QG, dirigiram-se ao Regimento de Guarda nº 2, nos Arrifes, onde foram recebidos à Porta de Armas pelo Comandante e pelo Sargento-Mor, tendo almoçado com o Comando e outros Sargentos da Unidade.



Ernesto Coelho (esq) e José Mendes (dir)

Após o almoço o Comandante conduziu uma detalhada visita às instalações do RG2, enaltecendo o esforço de quantos continuam a pugnar pelo bom desempenho daquela Unidade.

Nessa noite decorreu o jantar comemorativo do Dia Nacional do Sargento, seguido de um interessante e participado debate com Sargentos que residem e/ou prestam serviço nas diversas unidades existentes em S. Miguel.

Na manhã de Sábado, dia 8 de Fevereiro, a delegação da ANS voou para a ilha Terceira, para a última etapa das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”.



Recebidos no aeroporto das Lajes pelo delegado regional da ANS, Frederico Neto, seguiram para uma breve visita à Base Aérea nº 4. Posteriormente deslocaram-se para a Praia da Vitória onde decorreu o almoço de encerramento das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em 2020.



Reforçada a delegação da ANS com o dirigente Horácio Pinheira, entretanto chegado do Continente, o almoço prosseguiu em animado debate e troca de informações.

Após o almoço esteve presente uma equipa de reportagem da RTP-Açores a quem Lima Coelho teve a oportunidade de transmitir muitas das matérias que afectam os Sargentos em geral, a que também os Sargentos que estão nas regiões autónomas não são alheios, mas referiu a particular circunstância das dificuldades acrescidas de assistência na saúde para os militares que prestam serviço nestas regiões, “a milhas da Europa”, e para quem os custos da insularidade se fazem sentir de forma muito significativa. ▲





“31 de Janeiro: Ontem, Hoje e Sempre, o Dia Nacional do Sargento”

A Intervenção Comum adoptada para 2020, que abaixo publicamos na íntegra, foi lida em todos os locais em que decorreram actos comemorativos relativos ao “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”.



Comemorações centrais em Lisboa, na casa do Alentejo

Assinalamos hoje e aqui, os 129 anos passados sobre aquela ousada e efémera Revolta de 31 de Janeiro, no Porto, mas que continua a inspirar, pela coragem e tenacidade dos seus protagonistas, bem como pelos valores da democracia e da soberania nacional pelos quais lutavam.

Foi o primeiro movimento revolucionário que teve como objectivo a implantação da República em Portugal – que se viria a afirmar em 5 de Outubro de 1910.

O sentimento de indignação causado pelas cedências da coroa portuguesa ao ultimato imposto pela Inglaterra, em 1890, por causa do Mapa Cor-de-Rosa, que pretendia ligar, por terra, Angola e Moçambique, motivou os militares e outros cidadãos, que não aceitaram ver a Pátria de joelhos.

Mas se esta foi a causa que despertou muitas consciências, outras razões contribuíam desde há muito tempo para o ambiente que proporcionou o eclidir da revolta. Começando, por exemplo, pela crise que se manifestou nesse ano, moti-

vada, entre outros aspectos, por uma frágil produção industrial, pela recessão das exportações (essencialmente agrícolas), pelo aumento contínuo das importações. A estas causas juntou-se o facto de o Câmbio do Brasil ter baixado repentinamente, desvalorizando as remessas dos emigrantes, tendo Portugal entrado praticamente em bancarrota.

Entre os militares, particularmente entre os de mais baixas patentes, era manifesto o clima de insatisfação pela forma desigual como eram geridas as suas carreiras e por situações de injustiça impostas a muitos destes militares.

Estes aspectos, adicionados a outros, potenciados pelo sentimento de humilhação imposto pelo ultimato e a cedência do governo de então e do rei, tornaram inevitável a revolta. Apesar de ter fracassado no objectivo, pelo facto de muitas individualidades e organizações terem vacilado e recuado no momento crucial, levando a que não estivessem reunidas as condições

para a implantação da República, o movimento lançado em 31 de Janeiro de 1891 acabou por vencer, por se ter fixado no quadro da luta pela democracia, da justiça social e da soberania nacional.

Realizada maioritariamente por Sargentos, Praças e populares (cuja maioria ficou no anonimato), aos quais se reuniram algumas figuras gradas da oposição republicana, a acção revolucionária ficou, porém, conhecida como a “Revolta dos Sargentos”, devido ao importante papel que estes militares desempenharam na sublevação dos quartéis.

Cerca de 500 militares e muitos civis foram julgados por Conselhos de Guerra, a bordo de navios da Armada, ao largo de Leixões. Cerca de 250 pessoas foram condenadas a penas, entre 18 meses e 15 anos de degredo em África. Numerosos foram os fugitivos obrigados a exilar-se. No entanto, os detidos tiveram um comportamento exemplar perante o tribunal de guerra que os julgou.

O actor Miguel Verdial, que intentara revolucionar o Regimento de Infantaria 18 e que, de uma das janelas dos Paços do Concelho, anunciara a composição do governo provisório, declarou aos seus juizes: “o primeiro dos tribunais, para o homem que se estima, é o da própria consciência”.

Importa referir, entre outros, o desafio do Primeiro-Sargento João Nunes Folgado, de Infantaria 10, aos seus juizes: “Mais vale o cárcere com a consciência tranquila, do que a liberdade com remorsos. Mais felizes são os vencidos de 31 de Janeiro do que os membros do Conselho de Guerra de Leixões”.

Muitos mais nomes merecem figurar, escritos a letras de ouro, na nossa história nacional. Nomes como Galho, Reis, ou Abílio de Jesus Meyrelles, que raramente são

referenciados, devem merecer da nossa parte o reconhecimento e a homenagem nunca excessiva, face a tudo o que foi o seu exemplo!

Hoje, 129 anos passados, muitos dos problemas que motivaram aqueles homens de 1891 a unirem-se, organizarem-se e agir, são de alguma forma sentidos pelos Sargentos de Portugal, enquanto cidadãos de corpo inteiro, mas também enquanto militares!

Carreiras geridas de forma desigual e injusta, sistema remuneratório obsoleto e classista, deficiente assistência na saúde, exigência de cada vez mais missões com cada vez menos meios humanos, falta de vontade em reconhecer academicamente o desempenho, eficácia e entrega, regulamento de avaliação descaracterizador do que deve ser a Condição Militar, entre muitas outras questões que seria exaustivo estar a elencar.

Tendo como referência o exemplo daqueles heróis de 1891, mas também dos de 1910, os Sargentos, congregados na sua associação representativa de classe - a ANS - têm a consciência da necessidade de se unirem, com serena determinação e firmeza, para lutar eficazmente na defesa dos seus direitos e legítimas expectativas.

Hoje, como ontem, sem reagir a provocações ou radicalismos inconsequentes, os Sargentos de Portugal saberão encontrar os caminhos que os conduzam à dignificação da sua Condição e às possíveis soluções para o desenvolvimento das suas carreiras, para então, melhor servir e defender Portugal!

Viva os Heróis do 31 de Janeiro de 1891!
Viva o Dia Nacional do Sargento!
Viva as Forças Armadas!
Viva Portugal! ▲



Lisboa



Comemoração no Porto. Texto lido por José Paulo Leitão.



Lisboa



Lisboa

Por Todo o País, Sargentos assinalam o seu Dia Nacional

No Entroncamento, a comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, realizou-se no dia 04 de Fevereiro de 2020, com um jantar-buffet no restaurante “Bonito By-Trincanela” que reuniu 70 militares, alguns acompanhados das esposas.



A convite da organização, a ANS honrou a comemoração ao fazer-se representar pelos seus 3 Presidentes dos órgãos sociais, Luis Bugalhão (SMor Arm) Presidente da Assembleia, Mário Pereira (SMor Exe) Presidente do Conselho Fiscal e António Lima Coelho (SMor FAP) Presidente da Direcção.

Com os convivas já sentados nas mesas, Pinto Silva (SCh Exe), elemento da organização, deu as boas-vindas e fez as apresentações dos representantes da ANS, seguindo-se um minuto de silêncio em homenagem a todos os sargentos e militares já falecidos, sendo, particularmente destacado o saudoso SMor Paraquedista Ciro

Martins, falecido em Agosto de 2019, que muito contribuiu para a causa e coesão em prol do associativismo militar, especialmente nesta região de grande implantação de unidades militares, homem muito solidário e sempre pronto e disponível a ajudar o seu camarada, sendo prova disso o seu trabalho, entrega e apego à causa do justo reconhecimento da reconstituição de carreiras de largas dezenas de camaradas Sargentos e Oficiais que no conturbado processo revolucionário dos anos 1974 e 1975, viram-se proibidos de entrar em unidades militares e consequentemente privados de progredir na carreira, sem que

fossem acusados ou punidos por qualquer acto que lhes fosse atribuído.

De seguida foi lida, pelo SMor (Exe) Bernardo, a “Intervenção Comum” que a ANS preparou para as comemorações do 129º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891.

Logo após, o Presidente da Direcção, Lima coelho, fez uma intervenção onde foram elencados as principais preocupações e problemas sentidos no seio da Categoria de Sargento, destacando a continuação da falta de reconhecimento das habilitações literárias na formação de base, embora o EMFAR preveja a atribuição do nível 5, mas passados cerca de 5 anos da sua entrada em vigor, nada está implementado e que os Sargentos exigem o reconhecimento de nível licenciatura e tudo irão fazer para que isso aconteça.

Também referiu a questão da progressão da carreira que com o novo regulamento, RAMMFA, está a causar grande descontentamento e por em causa a coesão e disciplina entre camaradas de armas, face às ultrapassagens que muitos sofriam.

O apoio à saúde ou a falta dele, quer ao nível do HFAR na dificuldade em se conseguir consultas, quer ao nível da ADM/IASFA que por falta de protocolos com entidades prestadoras de cuidados de saúde, inviabiliza cuidados de saúde em regiões afastadas dos principais centros, deixando os militares e a família militar sem alternativas na prestação de cuidados de saúde.

A tabela remuneratória terá de ser revista, porque com o actual Estatuto, os Sargentos são a única Classe que não tem promoção por Diuturnidade e o facto de na promoção a Sargento-Ajudante ser por escolha, poderá originar que muitos Sargentos não possam progredir além de 1º Sargento. Pode acontecer em algumas es-



pecialidades ingressarem no QP em 2Sar e aí permanecerem 10, 15 ou mais anos pelo motivo de não haver vagas (actualmente na Marinha há casos de 1Sar com mais de 20 anos neste posto) ou na situação de ser 1Sar poder passar à Reserva (compulsiva) pelo motivo de ter sido ultrapassado por outros camaradas mais modernos.

Terminada a intervenção do Presidente da Direcção, iniciou-se o jantar em amena conversa entre camaradas. O culminar desta comemoração, como vem sendo tradição desde sempre, foi o corte do bolo de aniversário pelo Sargento presente menos jovem e pelo Sargento mais jovem, acompanhado do vinho espumante.

No final, foram feitos os agradecimentos gerais a todos os presentes e fez-se o encerramento do 129º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891, cantando-se o Hino Nacional.

Viva o 31 de Janeiro!

Viva o Dia Nacional do Sargento! Quer queiram quer não!

Mário Pereira ▲





Por Todo o País, Sargentos a

31 de Janeiro – em Abrantes



ABRANTES

Decorreu no Sardoal, localidade próxima de Abrantes, no dia 31 de Janeiro 2020, o tradicional almoço comemorativo do Dia do Sargento. Como sempre em Abrantes, a 31 de Janeiro e ao Almoço. Participaram na confraternização 104 pessoas, 102 Sargentos e duas esposas. Camaradas Sargentos da Reforma, Reserva, Disponibilidade e Activo, dos três Ramos das Forças Armadas.

Durante todo o evento houve confraternização, boa-disposição, amizade e o reviver de histórias de outros tempos, e boa comida.

A comissão organizadora agradece a todos os presentes. Bem hajam pela participação. VIVA O 31 DE JANEIRO «1891»!

João Ribeiro ▲



Abrantes



Viseu



Estremoz



Castelo Branco



Monchique - Fóla



Estremoz





ssinalam o seu Dia Nacional



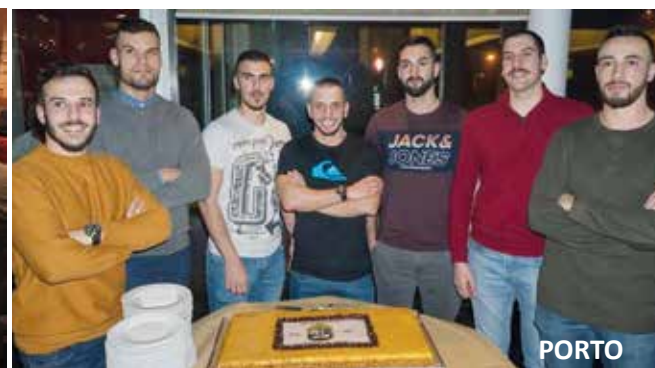
31 de Janeiro – em Lamego-Vila Real



Decorreu no dia 06 de Fevereiro de 2020 no Restaurante “O Padrinho” em Lamego, o Jantar Comemorativo do Dia Nacional do Sargento das Guarnições de Lamego (CTOE) e Vila Real (RI13) que contou com a presença de meia centena de Sargentos. A ANS esteve representada pelos SCh José Leitão e SAJ Rui Santos.

J. P. Leitão ▲





31 de Janeiro em Unidades Militares

Também em inúmeras Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos (U/E/O) militares o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” foi assinalado. Ilustramos de seguida alguns exemplos.

CME – Monsanto



RA 5 – Vendas Novas



UnApCSM – Lumiar



RI 1 – Beja



RGF – Oeiras

O Sargento-Mor Rodrigues evoca o 31 de Janeiro de 1891 na celebração do Dia Nacional do Sargento, no Reduto de Gomes Freire, em Oeiras.





31 de Janeiro – Homenagem e Evocação no Porto

Numa iniciativa organizada pela “Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro”, no Cemitério do Prado do Repouso, foram homenageados os heróis da revolta de 31 de Janeiro de 1891 que se bateram pela implantação da República em Portugal.

A cerimónia começou com um cortejo através do cemitério, desde o Largo de Soares dos Reis até ao monumento aos Heróis do 31 de Janeiro de 1891, ao som da marcha “Cidade Invicta”, pela Banda de Parada da ESMAE. Após o tradicional içar da Bandeira Nacional e do Hino Nacional, conduzido pelo nosso camarada Francisco Silva, foram posteriormente colocadas coroas de flores na base do monumento.



A cerimónia prosseguiu no interior da capela, com uma actuação da Banda dirigida pelo Professor António Saiote, a que

se seguiram as intervenções das várias entidades.

O presidente da Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite, venceu na sua intervenção que “o Porto é uma cidade com memória e não esquece aqueles que a transformaram na cidade da liberdade”.

Além deste autarca, a cerimónia contou com intervenções do presidente da Assembleia Geral da Associação 31 de Janeiro, Carlos Nunes, do comissário geral das Comemorações da Revolução Liberal do Porto de 1820, Pedro Baptista (falecido subitamente no passado dia 20 de Fevereiro), do presidente da Associação Nacional de Sargentos, António Lima Coelho, do presidente da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, Luís Cameirão, e do Grão Mestre Adjunto do Grande Oriente Lusitano, Carlos Vasconcelos.

Ao final da tarde, promovida pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, teve lugar na Associação de Jornalistas e Homens de Letras uma evocação histórica da Revolta de 31 de Janeiro, sendo oradores convidados o historiador João Freitas e o presidente da Direcção da ANS.

Apesar da tarde muito chuvosa, a sala estava cheia, sendo assinalável um grande número de jovens interessados e participativos.

Pelo facto do historiador João Freitas não ter podido estar presente, por razões de saúde, os trabalhos decorreram com a intervenção de Lima Coelho e a moderação de Diana Couto, da organização do evento.

Foi um final de dia profundamente interessante pelo calor com que decorreu a evocação e o debate, dando a conhecer não só a importância histórica dos Sargentos nesta revolta republicana que eclodiu na cidade do Porto, mas também a situação actual com que se confronta esta classe de profissionais das Forças Armadas, com impensáveis, mas evidentes,

paralelismos à situação vivida em 1891.

Foi um dia completo, homenageando

e evocando os Heróis do 31 de Janeiro de 1891 e os Sargentos de Portugal. ▲



EUROMIL Cancela o Presidium em Lisboa

Numa decisão inédita nos seus quase 58 anos de existência, a Direcção (Board) da EUROMIL cancelou a realização de um Presidium Meeting! Estas reuniões ocorrem semestralmente, na Primavera e no Outono, congregando os delegados das associações e sindicatos de militares, membros ou observadores da organização.

Na última reunião da Direcção, no passado dia 10 de Março, em Bruxelas, o assunto foi profundamente analisado, tendo em conta todos os preparativos que já estavam em curso e diversos compromissos assumidos.

Contudo, face à situação de pandemia, não seria responsável decidir de outra forma. O Presidium Meeting previsto para

todo o dia 24 de Abril, em Lisboa, com a recepção aos delegados na noite de 23 de Abril (conjuntamente com a cerimónia comemorativa do 20º aniversário da Associação de Praças) e a participação dos delegados na manifestação do dia 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, teve de ser cancelado! Foi uma decisão triste, difícil e inédita!

Para além deste e de outros assuntos, fizeram parte da agenda de trabalhos a questão da Directiva do Tempo de Trabalho (Working Time Directive – WTD) e os direitos sindicais dos militares na Europa.

Relativamente à WTD, o último documento com a posição oficial da EUROMIL sobre esta matéria data de Junho de 2010 e carece, portanto, de ser revisto. Entretanto, a WTD foi implementada em algumas forças armadas europeias, enquanto noutras continua a ser um ponto de discussão. A EUROMIL continua a defender como uma obrigação a implementação desta Directiva em todas as forças arma-



das europeias e, nesse sentido, a Direcção decidiu actualizar ou preparar um novo manifesto.

Quanto aos direitos sindicais dos militares, e na sequência do processo “CGIL vs. Itália (140/2016)” no Comité Europeu dos Direitos Sociais e, em especial, a decisão da comissão sobre o direito à greve, deve levar a EUROMIL a continuar a aprofundar a discussão para uma futura tomada de posição sobre esta sensível questão. ▲





Pela importância e pela oportunidade, apesar de extenso, publicamos um texto do Dr. Esmeraldo Alfarroba, General Médico na situação de Reforma, acerca da pandemia do Coronavírus e a problemática do fim do Hospital Militar de Belém aquando da fusão dos hospitais militares, numa altura em que muitos dos (civis e militares) responsáveis pelas dificuldades no meio militar, agora se lamuriam para tentar desculpar responsabilidades.

“PORQUÊ?”

Ao ler a carta recentemente enviada pelo Sr. MDN senti num “flash-back” o facto de ter servido mais de 20 anos no **Hospital Militar de Belém (HMB)**, também designado num período intermédio da sua existência por **Hospital Militar de Doenças Infecto-Contagiosas (HMDIC)**.

Anexo uma resenha histórica do Hospital*, datada de meados dos anos 90, com referências bibliográficas de meados do Século passado, na qual é fácil constatar que, para os nossos antecessores, nos quais já me incluo, o Hospital cresceu em paralelo com uma outra pandemia, a Tuberculose.

Em suma, diz o Sr. MDN que esta luta actual é inédita, esquecendo a Luta Anti-Tuberculose, secular desde o tempo dos faraós egípcios e motivadora da criação das Assistências aos Tuberculosos, dinamizadas desde a Monarquia pela Rainha Sra. D. Amélia.

No caso do Exército foi criada primeiro a Assistência aos Tuberculosos do Exército (ATE), que chegou a ter como “braço armado” precisamente o HMDIC, integrada depois, com os outros Ramos, na Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas (ATFA).

Basta passar no Largo da Boa-Hora à Ajuda e ler o escrito na pedra da calçada: “ATE + HMDIC”, simbolizando, de forma lhana e indelével, que as duas Instituições andaram de braço dado na LUTA contra o inimigo infeccioso.

I ACTO

Recordei os mais de 20 anos que lá permaneci, depois de colocado em 1980 até sair, em 2002, focando toda a minha vida profissional no desenvolvimento das capacidades do velho Hospital.

Confesso que, ir para o HMDIC, era a última coisa que pretendia quando ingressei no QP do Exército.

Pretendia seguir Endocrinologia!...

Fui lá colocado a pedido do Director de Saúde de então - o Oftalmologista Brigadeiro Dr. Crespo, com a promessa de regressar ao Hospital da Estrela (HMP) no ano seguinte, quando um colega que pre-

tendia seguir Medicina Interna regressasse dos Açores.

E assim aconteceu, ... mas o regresso à Estrela não foi activado por MINHA decisão pessoal.

Até tive de pôr isso por escrito, que pretendi permanecer colocado no HMDIC, para seguir Pneumologia.

Motivo: “Apaixonei-me” pelo HMDIC.

O Hospital tinha duas partes nitidamente separadas: uma de ambulatório, outra de internamento.

A parte de ambulatório era antiga e tinha a beleza do que é ancestral, paredes meias com a Igreja da Boa Hora à Ajuda, com um jardim, espécie de claustro, centrado na araucária mais que centenária, com belos azulejos dedicados a S. João de Deus à entrada, a Direcção e a área administrativa e salas de convívio apropriadas a integrar os diversos grupos.

No nosso caso de jovens médicos militares era na Sala de Oficiais onde tomávamos as refeições, estabelecíamos elos de amizade, “passávamos o serviço”, resolvendo problemas, recordando muitas vezes, ... a maioria, um convívio saudável e edificante.

Esqueçamos as pessoas menores... também os havia!...

Noutro edifício era o Internamento de doentes, num total máximo, quando foi criado, de 250 camas, nem todas ocupadas:

- 2º piso - Casos de Pneumologia, Infecçiology e Medicina, em quartos individuais, dedicado à família militar e a situações clínicas mais graves, porque era o único piso onde havia Enfermagem, todas civis.

Os outros pisos eram dedicados ao internamento de militares, na altura só homens, sendo os cuidados, tipo de enfermagem, efectuados por socorristas militares, chefiados por um Enfermeiro militar, que os enquadrava:

- 3º piso - Casos de Infecçiology em enfermarias de 6 camas e alguns quartos de isolamento;

- 4º piso - Casos de Pneumologia geral para praças, em enfermarias de 6 camas e alguns quartos de isolamento. Havia uma pequena comunidade de guineenses, nossas ex-tropas autóctones. Mantinham-se internados/residentes pois caso os deixássemos de apoiar e tivessem de regressar à Guiné corriam perigo.

- 5º piso - Casos de Tisiologia, em enfermarias de 6 camas e alguns quartos de isolamento. Havia 2 salas para Tuberculose ainda bacilífera e as restantes para acompanhamento e/ou reavaliação dos Auxiliados da ATFA que vinham de todo o país e Ilhas.

- 6º piso - Pneumologia de Oficiais e Técnicas Pneumológicas. Precisamente neste piso foi instalado o primeiro pletismógrafo existente em Portugal.

- 7º piso - Sala de reuniões, Biblioteca e cafeteria/bar com um terraço magnífico com vista sobre o Tejo, desde o Bugio ao Cristo-Rei.

Qualquer descrição menos atenta ficaria por aqui, ... mas o jovem médico-militar colocado nesse ano de 1980 foi ao longo dos anos apercebendo-se de outros segredos do velho Hospital:

- Autonomia completa por ter, para além das casernas de praças e dos quartos de graduados, uma cozinha espectacular com câmaras frigoríficas, lavandaria, aquecimento por caldeiras, oficinas auto, serralharia, carpintaria, estação de tratamento biológico de águas residuais e efluentes químicos (ETEQ), gerador, incinerador e casa mortuária com gavetões frigoríficos.

E ainda, ... algo, isso sim inédito, mas próprio de uma unidade vocacionada para Doenças Infecto-Contagiosas - o facto de haver uma clara separação entre as zonas limpas e sujas.

Vejamos: os géneros alimentares entravam na cozinha, eram armazenados nas câmaras frigoríficas, onde se circulava de pé, lavados em grandes tinas, cozinhados nos grandes panelões, fritos ou o que quer que fosse, empratados e após completamente confeccionados, introduzidos num elevador que os fazia subir até às chamadas zonas limpas das copas dos diversos pisos.

Aí chegados nas devidas condições de higiene eram distribuídos pelos refeitórios ou pelas diversas enfermarias e quartos, de acordo com a situação clínica dos doentes.

Após a refeição ser tomada eram recolhidos para a chamada zona suja da copa, separada da limpa por um envidraçado de alto a baixo.

Limpos os pratos, os resíduos desciam num tubo de descarga caindo nos contentores de lixos. Após lavagem procedia-se à introdução dos pratos, por uma entrada na zona suja, num esterilizador de louça, que após efectuar a lavagem e desinfecção da mesma, era aberto na zona limpa, resultando na recolha e arrumo da loiça devidamente asséptica.

Era assim que no HMDIC se fazia jus ao respeito que merecem os doentes infecciosos, sem risco para os profissionais que os tratam, sejam médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares ou outros.

II ACTO

Mas... o futuro ainda estava para vir...

No Hospital exerci todos os cargos possíveis e imaginários, destacando: Oficial Médico-Dia, Responsável pelo 2º Piso, Chefe dos 4º, 5º e 6º Pisos, da Consulta Externa, SubDirector e ... finalmente Director.

Nunca deixei de dar todo o meu esforço e o melhor possível nos patamares

intermédios, com toda a dedicação e lealdade para com os diversos Directores, razão para, ao chegar a Director, beneficiar de Projectos de Investigação e Desenvolvimento que permitiram o permanente reequipamento dos Serviços, a informatização pioneira do Hospital e uma elevada rentabilidade pelos serviços prestados.

Foi neste contexto que, ... na mudança para esta nova Era do Século XXI o Chefe da Logística, do novamente designado HMB, me confrontava com a necessidade de aplicar uma elevada soma existente, proveniente de receitas próprias do Hospital e a aplicação de verbas dos Projectos de Investigação e Desenvolvimento, caso contrário corríamos o risco de as perder no final do ano.

Reflecti vários dias... e noites, mesmo semanas, li e ouvi conferências no âmbito da Engenharia Hospitalar e da Pneumologia e um certo dia, que já não sei qual, algures em 2000, fui tomar o café, de manhãzinha, na nova e esplêndida Cafeteria, comum a todos e em tons de azul, chamo o árduo e competente Capitão da Logística e digo-lhe:

- Já decidi, vamos fazer zonas de pressão, não sei bem se negativas, se positivas, ... de PRESSÃO. Chame a Engenharia para uma Reunião... COMIGO.

No Hospital ouviu-se um eco: - O Director quer fazer áreas de quê???

Seguramente que não tardámos muitos dias a reunir com a Engenharia, no local da obra, no 5º piso.

Confrontei-me com uma equipa de Engenharia incluindo um arquitecto e um electrotécnico:

- Director do HMB: “Temos verba, ... podemos transferi-la para a DSFOE. Pretende-se um projecto para esta área, em pressão negativa, para dar segurança ao pessoal médico e de enfermagem, para casos internados de infecção por bactérias ou outros, altamente resistentes”.





- A Engenharia Militar respondeu: “Vamos estudar o assunto, saber que empresas têm esta tecnologia, daremos notícias quando o projecto estiver feito”.

Nos 2 anos seguintes foram inauguradas, pelo Quartel Mestre General, áreas de Pressão Negativa, em 3 pisos, que transformavam o HMB no Hospital com as maiores áreas existentes a nível nacional e direi mesmo internacional:

- 5º piso - Serviço de Pneumologia, inaugurada em 2001 – Uma Unidade de Cuidados Intensivos com 5 camas, uma sala de técnicas de broncologia e 2 quartos de isolamento de 2 camas cada;

- 3º piso – Serviço de Infecçologia, inaugurada em 2002 – Instalação de 5 quartos de isolamento de 2 camas cada e 1 sala para aplicação de terapêutica;

- 6º piso – 2002 - Laboratório de Bacteriologia, em pressão negativa, com bancadas de trabalho, microscopia, sistema de detecção de micobactérias em meio líquido, com redução do tempo de cultura, estufas e *hotte*.

III ACTO

Havendo que explicar aos profissionais de saúde do Hospital o que eram as zonas de pressão negativa e qual o seu interesse, convidei o Eng.º Alvão Serra da empresa HEPAFILTER a dar uma conferência no âmbito das Reuniões Clínicas do HMB, o que ocorreu em Fevereiro de 2002.

Dissertando sobre o tema: “Ar Condicionado: Assepsia Hospitalar”, aprendemos que tudo começa pelo facto de, em qualquer ambiente, haver poeiras no ar.

Lembram-se do efeito Tyndall – um pequeno raio de luz que entra pela janela provoca a visualização de uma série de poeiras em suspensão.

Essas poeiras são o suporte de bactérias e/ou vírus pelo que há que retirá-las do quarto onde está um doente infeccioso.

Mas, ... não podem ir para a atmosfera infectar o exterior. Têm de ser retidas em filtros altamente potentes – os filtros HEPA, que significa High Efficiency Particulate Arrestance e que têm de ser substituídos com a devida frequência.

Para além da retirada das poeiras há que manter uma pressão negativa, quer dizer, ao contrário duma fragata ou dum carro de combate em ambiente NBQ em que as poeiras não podem entrar, logo a pressão no interior tem de ser positiva, no quarto de pressão negativa as poeiras do

exterior podem entrar, por serem menos infecciosas que as do interior, estas é que não podem sair.

Como vêem... simples, simples ... para militar perceber.

Foi esta a minha intenção - proteger os profissionais de saúde que tratam os doentes e têm de entrar em contacto com eles e, militarmente, estar preparado para situações de guerra biológica.

Foi assim para muitos casos de Tuberculose Multi-Resistente, com outras epidemias, como a SARS, a pandemia da gripe A (H1N1) em 2009 - recordo que estive lá o filho de um camarada do nosso Curso.

EPÍLOGO

*(ver o Plano Funcional que o Exército não subscreveu e o anexo 1) ***

Depois de todo este esforço o HMB foi obrigado a fechar em 2010, ... qual Mazação reeditado!

A instâncias minhas, enquanto era Director do HMP, a Engenharia do Exército ainda projectou instalar áreas de pressão negativa na Estrela, o que foi objecto de apresentação numa revista da Engenharia nesse ano – está documentado publicamente.

Decisores políticos e militares, incluindo alguns médicos, de elevado grau de falta de visão, induziram o fecho do HMB, uma pérola da Luta contra as Doenças Infecciosas, no seio de Lisboa.

Eu, responsável pela criação das áreas de pressão negativa, num momento em que nada ou pouco havia de similar, confronto-me agora com a família, que inclui uma filha a 1 mês de entrar em trabalho de parto, com o risco desta pandemia com o coração ainda mais amargurado do que todos vós - a inoperacionalidade da obra feita.

Fiz tudo para criar um baluarte médico-militar, que foi desprezado de forma infantil e ignóbil.

Nas últimas semanas trabalhei duramente, vendo muitos doentes e dormindo pouco.

Nos intervalos ouvi as maiores barbaridades:

Que o vírus não era tão contagioso como outros do passado, que estava tudo preparado/controlado, com não sei quantas mil camas disponíveis e ventiladores, que estivéssemos serenos, que não era preciso fechar as escolas, depois que até acharam bem fechar, dando o dito por não dito.

Das duas uma: Ou não somos infectados, ou somos.

Se formos ou temos defesas ou podemos acabar a precisar de cuidados respiratórios numa Unidade de Cuidados Intensivos.

Já andam à procura de ventiladores!!!

O HFAR actual não tem as mínimas condições de garantia - basta comparar com o que descrevi dum verdadeiro Hospital de Infecto.

Basta comparar o que era o Serviço de Radiologia do HMP (com áreas de circulação de doentes e outras para médicos e profissionais de saúde) e a conspurcação do Serviço de Radiologia actual, que é basilar a qualquer Hospital.

Quando lá entrar um doente com Covid 19 para fazer uma ecografia ou um simples Rx ou uma TAC, é o pânico.

Os elementos do serviço de saúde actuais mal dão para manter a rotina normal.

Ficamos dependentes dos civis. Não temos cartões ADM nem para os Lusíadas, nem para a CUF. A Luz deve ir atrás. E, neste caso, os privados/convencionados vão-se afastar.

QUE FAZER?:

REACTIVAÇÃO DO HMB COMO HOSPITAL DE INFECçIOLOGIA militar e civil:

- UMA EQUIPA DE TÉCNICOS INDIFERENCIADOS – canalizadores, electricistas, pedreiros, pintores, ... para arranjos diversos e repor funcionamento.

- UMA EQUIPA DE TÉCNICOS DIFERENCIADOS - ar condicionado (a empresa HEPAFILTER) para reabilitarem as zonas de pressão negativa dos pisos 3 e 5.

- COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - CAMAS, VENTILADORES, ...

- Colocação de equipas mistas de militares (quantos mais médicos militares especialistas estiverem fora da *praxis* hospitalar, menos gente têm capaz) e civis.

Seria um grande préstimo à Saúde Militar e mesmo isso só em parceria com o SNS.

**Por razões óbvias de espaço, não publicamos aqui a resenha histórica do Hospital;*

***O extenso Relatório do Grupo de Trabalho para a Elaboração do Programa Funcional do Hospital das Forças Armadas que, como refere o autor, o Exército não subscreveu. ▲*

Reconhecimento Académico! Para Quem?

Em plena crise COVID-19, em ambiente de “guerra” declarada a este inimigo invisível e insidioso, a Instituição Militar, como seria de esperar, não pára! No entanto, há matérias em que pode ser questionável o sentido das prioridades!

O Artigo 19º do corpo do Decreto-lei nº 90/2015, de 29 de Maio, no seu número dois, determina que “o regime de atribuição do nível 5, previsto no número anterior, é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CCEM (Conselho de Chefes de Estado-Maior), no prazo de 180 dias, a contar da data da entrada em vigor do presente diploma”. 180 dias! Três meses!

O dito diploma entrou em vigor em 1 de Julho de 2015. Quase cinco anos depois, a atribuição do nível 5 (falacioso e enganador) para os Sargentos é ainda uma miragem. E a ter em conta um artigo sobre a UPM (Unidade Politécnica Militar) publicado num dos últimos números da “Revista da Armada”, essa atribuição poderá vir a ser implementada só talvez lá para 2022...

Enquanto se distrai a massa com apelos a voluntários (como se a legislação sobre a condição militar já não enquadrasse bem todas as situações), no segredo de alguns gabinetes, em cerca de ano e meio, lá se dão mais uns passos para cavar e aprofundar a separação entre os militares, em prejuízo dos Sargentos!

No passado dia 26 de Março, na página 138 da edição nº 61 do Diário da República, 2ª Série, Parte C, foi publicado o Despacho nº 3741/2020 do EMGFA-IUM (Estado Maior General das Forças Armadas – Instituto Universitário Militar) dando conhecimento da “Criação do doutoramento em Ciências Militares”, em que, nos termos das disposições legais em vigor, foi aprovado este doutoramento pelos órgãos legal

e estatutariamente competentes do Instituto Universitário Militar, com o parecer favorável pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho Científico em 19 de Setembro de 2018, pelo Conselho Directivo em 24 de Setembro de 2018. O Plano de Estudos foi acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, com data de publicação de 9 de Dezembro de 2019 e registado na Direção-Geral do Ensino Superior em 8 de Janeiro de 2020.

Ou seja, em cerca de ano e meio resolve-se o Doutoramento para os Oficiais das Forças Armadas! Em contraponto, um insuficiente, se não mesmo ofensivo, nível 5 para os Sargentos, continua à espera! Tão fácil para uns.... Tão difícil para outros...

Que não venham em seguida propostas de alterações aos regulamentos de honras e continências e a outros regulamentos militares para que, em conformidade, se passe a ouvir nas unidades:

- Senhor Doutor, dá licença? Pelotão pronto! ▲





A PROPÓSITO DO INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS

Antes de tomar uma decisão tente contactar pessoalmente com alguém que tenha passado pelas fileiras recentemente e lhe possa falar da sua experiência. De preferência, com mais de uma pessoa, de Ramos diferentes, das áreas operacionais e das áreas de apoio. Visite os sites das associações profissionais militares ANS, AOFA e AP e analise os principais constrangimentos, aspirações e a forma como a tutela política trata os problemas das Forças Armadas e dos militares e suas famílias. Se conseguir visitar uma ou mais unidades militares seria o ideal. Verifique as condições de alojamento e alimentação, e informe-se, de facto e não de acordo com publicidade, sobre o acesso a cuidados de saúde, ao fardamento, ao estatuto de trabalhador estudante, aos apoios no âmbito da parentalidade, como funcionam as escalas de serviço, os transportes, a higiene e segurança no trabalho, o regime de acidentes de trabalho, o estado de aplicação actual do regime de incentivos para o regime de contrato, perspectivas de ingresso no Quadro Permanente, como correram os concursos nos últimos anos... Faça uma pesquisa na imprensa, digamos nos últimos dois a três anos, sobre os assuntos de recursos humanos nas Forças Armadas.

Veja quais são as coberturas que tem em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, e que implicações tem a Condição Militar nos seguros de vida contratados para aquisição de habitação própria, por exemplo.



Informe-se quais são as limitações em termos de cidadania que decorrem da Condição Militar.

Leia um pouco do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar para ter uma percepção do nível de compromisso que irá assumir com o País e também com os direitos que terá como compensação, que em grande parte não estão a ser cumpridos.

Não se admire se, depois de ter ingressado de acordo com determinados pressupostos, as leis em matéria sócio profissional possam ser alteradas várias vezes, e dessas alterações possam resultar prejuízos claros e grosseiros para si e para a sua família... prepare-se para lutar muito pelos seus direitos e cumprir de forma excelente os seus deveres!

No final a decisão é sua...

José Pereira ▲

Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEPI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

ZONA SUL:

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA

- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM [WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos)

- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT ▲

Homenagem a Sargento do Exército

Já pelo terceiro ano consecutivo, também este ano o Primeiro-Sargento Ricardo Dias, do Exército Português (ao centro na foto), foi homenageado na IV Gala do Desporto de Viana do Castelo, em cerimónia promovida pelo Município de Viana no passado dia 24 de Janeiro, curiosamente no mesmo dia em que iniciavam na Madeira as comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento".

Esta homenagem ao Primeiro-Sargento Ricardo Dias teve como base os dois títulos de Campeão Nacional que arrecadou na época desportiva 2018/2019: Campeão Nacional de Estrada 10km, colectivamente,



te, pelo Sporting Clube de Portugal e Campeão Nacional de Corta-Mato Militar das Forças Armadas e Forças de Segurança. ▲

À Janela e nas Varandas Assinalemos o 25 de Abril em 2020!



Foto de J. Gomes – 25 de Abril de 2019



Face à situação de excepção que estamos a viver devido à pandemia mundial, neste ano de 2020 não será possível descer a Avenida da Liberdade na tarde de 25 de Abril, integrados na manifestação de carácter popular, como desde há muitos anos as associações profissionais de militares o têm feito, e em diversas alturas também em conjunto com sindicatos e associações das Forças e Serviços de Segurança. Também não será possível realizar o almoço comemorativo, organizado entre as APM e os Clubes de Militares (Clube do Sargento da Armada e Clube de Praças da Armada), conforme preparativos já iniciados pelo CPA, para o dia 26 de Abril, no Seixal.

A manifestação popular na Avenida da Liberdade foi cancelada pelas entidades organizadoras e promotoras do evento. Uma dessas entidades, a Associação 25 de Abril, lançou o repto aos portugueses para

que, mesmo estando confinados às suas casas, cantem a "Grândola Vila Morena" à janela e nas varandas. O repto foi também lançado às rádios e televisões para que transmitam a canção de Zeca Afonso, senha da Revolução, às 15H00 do dia 25 de Abril, hora a que habitualmente se inicia a manifestação na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Desta forma podemos todos mostrar não apenas a solidariedade e respeito por todos os profissionais que não podem gozar deste dia feriado porque asseguram a continuidade das funções e serviços essenciais nos mais diversos sectores, saúde, segurança, defesa, transportes de todos os tipos, comércio essencial, limpeza urbana, água, gás, eletricidade, etc., mas podemos também mostrar a unidade de um povo que quer um país soberano e livre, democrático e verdadeiramente solidário. ▲

25 de Abril



Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

Sophia de Mello Breyner Andresen,
In 'O Nome das Coisas'



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Conforme referimos no número anterior, entre muitas das nossas actividades, estava em agendamento uma reunião com os Sargentos-Mores assessores dos Chefes Militares para a Categoria de Sargentos, para se discutirem questões relativas ao RAMMFA e outros aspectos relativos à carreira dos Sargentos.

Mas, entretanto, muita da atenção e trabalho dos dirigentes e delegados da ANS prendia-se com as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” para 2020, de que aqui também faremos referência.

Entretanto, fomos todos confrontados com a necessidade de enfrentar o combate contra o chamado “coronavírus”, que alterou tudo o que estava agendado em termos associativos, bem como a vida de todos nós, e não apenas em Portugal! Uma das actividades que estava prevista seria dar continuidade às visitas/palestras com Sargentos em U/E/O dos três Ramos das Forças Armadas, situação que, como é fácil de calcular, ficou adiada, previsivelmente para depois de ultrapassada esta situação de excepção em que estamos a viver.

Mas daquilo que foi a intensa e exigente actividade associativa desde o final de Dezembro até quase ao final do primeiro trimestre de 2020, apresentamos abaixo um breve resumo:

26DEZ – Reunião das Direcções das APM na sede da AP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

30DEZ – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

08JAN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

11JAN – Reunião com Sargentos da Marinha, em Oeiras. ANS representada por L. Coelho;

14JAN – Cerimónia de Tomada de Posse do novo Comandante Naval, na Base Naval do Alfeite. ANS representada por L.Coelho;

16JAN – Sessão de Abertura do XII Congresso da FNSTFPS, em Braga. ANS representada por R.Santos;

17JAN – Audiência com o General CEMFA, em Alfragide. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e R.Graça;

17JAN – Sessão de Encerramento do XII Congresso da FNSTFPS, em Braga. ANS representada por J.P.Leitão;



17JAN – Reunião sobre o RAMMFA, com os SMOR assessores dos CEM's e os SMOR da BA6-Montijo, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e J.Pereira;

20JAN – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

22JAN – Debate sobre o Orçamento de Estado, área da Defesa Nacional, na Assembleia da República. ANS presente,

representada por L.Coelho;

22JAN – Reunião com professores da Universidade de Évora, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

23JAN – Cerimónia com OCS, na sede da ADFA, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

24JAN – Conferência promovida pela APG/ GNR, no ISCTE, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

24JAN – Reunião/Debate com Sargentos que residem ou/e prestam serviço na Região Autónoma da Madeira. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço e J.Mendes;



25JAN – Cerimónia comemorativa e início das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Funchal. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço e J.Mendes;

26JAN – Homenagem ao ex-presidente da ADFA, José Arruda, no cemitério de Oeiras. ANS representada por L.Bugalhão;

26JAN – Sessão de Encerramento do XXVIII Congresso do CDS, em Aveiro. ANS representada por F.Silva;

28JAN – Audiência com a Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, no MDN, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C. Colaço e L.Bugalhão;

28JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Monte Real/Leiria. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

29JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Estremoz. ANS representada por C.Colaço e L.Bugalhão;

30JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Viseu. ANS representada por N.Mateus, R.Lopes e V.Geitoeira;

30JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Porto. ANS representada por L.Coelho, F.Silva, J.Torres, J.P.Leitão e R.Santos;

31JAN – Cerimónia promovida pela ACC-31JAN, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto. ANS representada por L.Coelho, F.Silva e J.P.Leitão;

31JAN – Cerimónia de Homenagem aos Heróis do 31 de Janeiro de 1891, na Praça da Autonomia, Funchal. ANS representada por J.Mendes;

31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Abrantes. ANS representada por N.Mateus e V.Geitoeira;

31JAN – Evocação Histórica/Debate sobre o 31 de Janeiro, promovida pela DORP/PCP, no Porto. ANS representada por L.Coelho e F.Silva;

31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Castelo Branco. ANS representada por

N.Mateus e V.Geitoeira;

01FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, nas comemorações centrais, na Casa do Alentejo, em Lisboa;

02FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Tavira. ANS representada por L.Coelho e J. Galvão;

02FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Monchique/Foia. ANS representada por L. Coelho, J.Galvão e V.Silva;

03FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Évora. ANS representada por L.Coelho e R. Graça;

03FEV – Reunião da Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

03FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Coimbra. ANS representada por L.Coelho e R.Graça;

04FEV – Almoço comemorativo do Dia Nacional do Sargento, no RA5, em Vendas Novas. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

04FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Entroncamento. ANS representada por L. Coelho, L.Bugalhão e M.Pereira;

05FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Chaves. ANS representada por L.Coelho e C.Colaço;

06FEV – Reunião de Militares, promovida pelas três APM, no Auditório D. Pedro IV, em Lisboa;



06FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Lamego/Vila Real. ANS representada por J.P.Leitão e R.Santos;

07FEV – Visita ao QG, em Ponta Delgada e visita e almoço com o comandante e militares do RG2, nos Arrifes. Delegação da ANS composta por L.Coelho e F.Silva;

07FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Ponta Delgada. ANS representada por L. Coelho e F.Silva;

08FEV – Cerimónia comemorativa e encerramento das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Praia da Vitória. ANS representada por L.Coelho, F.Silva e H.Pinheira;

12FEV – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

13FEV – Reunião com o chefe de gabinete do CEMA e representantes das três APM. ANS representada por L.Coelho;

13FEV – Conferência Internacional promovida pela CGTP-IN, no Auditório do Fórum Seixal. ANS representada por L.Coelho;

14 e 15FEV – XIV Congresso da CGTP-IN no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha. ANS

representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

19FEV – Almoço com Sargentos da Marinha, na Base Naval de Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

20FEV – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa;

22FEV – Cerimónia alusiva ao 45º Aniversário do CSA, na sede social, em S. Vicente, Lisboa. ANS representada por R.Ferreira e L.Bugalhão;



24FEV – Reunião com Sargentos da FAP, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

03MAR – Audiência pela Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, das cinco estruturas promotoras da Petição relativa à contagem do tempo congelado. ANS representada por L.Coelho;

04MAR – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, na Trafaria. ANS representada por L.Coelho;

04MAR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

09 e 10MAR – Reunião da Direcção da EU-ROMIL em Bruxelas, Bélgica. ANS representada por L.Coelho;

10MAR – Reunião da Comissão Executiva do Encontro de Combatentes, realizada na Bateria da Laje, em Oeiras. ANS representada por F.Silva;

13MAR – Reunião na sede da ANS com veteranos (Furriéis Milicianos). ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

13MAR – Reunião na CM Seixal com os Clubes e Associações de militares promotores do almoço comemorativo do 25 de Abril. ANS representada por L.Bugalhão;

16MAR – Reunião do Secretariado da ANS, na sede social, em Lisboa.

A partir desta data, seguindo as determinações das competentes autoridades, a ANS entrou no sistema de teletrabalho, reduzindo ao mínimo as actividades e presenças na sede social.

Contudo, as actividades da ANS prosseguem e, no momento do fecho desta edição, estão em curso acções que, utilizando as tecnologias disponíveis, permitam estabelecer e manter mecanismos de ligação entre os vários dirigentes, de modo a dar continuidade e resposta mínima às muitas situações que nos afectam e preocupam, mas sempre com o cuidado e a consciência de não expor ninguém a riscos desnecessários e contribuirmos positivamente para a contenção da pandemia que assola o mundo.

Esperamos, e desejamos, na próxima edição do nosso jornal “O Sargento” dar-vos contas de muita e intensa actividade por parte dos dirigentes da Associação Nacional de Sargentos, vencida que esteja a batalha que TODOS JUNTOS estamos a enfrentar. ▲



Informação Útil!
Estado de Emergência e Estado de Sítio;
Militares na Reserva e Militares na Reforma!

Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro - Regime do estado de sítio e do estado de emergência

CAPÍTULO I
Disposições Gerais
ARTIGO 1.º
(Estados de excepção)

1 - O estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados nos casos de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.

2 - O estado de sítio ou o estado de emergência, declarados pela forma prevista na Constituição, regem-se pelas normas constitucionais aplicáveis e pelo disposto na presente lei.

ARTIGO 2.º
(Garantias dos direitos dos cidadãos)

1 - A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência em nenhum caso pode afectar os direitos à vida, à integridade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, a não retroactividade da lei criminal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de consciência e de religião.

2 - Nos casos em que possa ter lugar, a suspensão do exercício de direitos, liberdades e garantias respeitará sempre o princípio da igualdade e não discriminação e obedecerá aos seguintes limites: [...]

c) Quando se estabeleça o condicionamento ou a interdição do trânsito de pessoas e da circulação de veículos, cabe às autoridades assegurar os meios necessários ao cumprimento do disposto na declaração, particularmente no tocante ao transporte, alojamento e manutenção dos cidadãos afectados;

d) Poderá ser suspenso qualquer tipo de publicações, emissões de rádio e televisão e espectáculos cinematográficos ou teatrais, bem como ser ordenada a apreensão de quaisquer publicações, não podendo estas

medidas englobar qualquer forma de censura prévia;

e) As reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais não serão em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia.

3 - Os cidadãos cujos direitos, liberdades e garantias tiverem sido violados por declaração do estado de sítio ou do estado de emergência, ou por providência adoptada na sua vigência, ferida de inconstitucionalidade ou ilegalidade, designadamente por privação ilegal ou injustificada da liberdade, têm direito à correspondente indemnização, nos termos gerais. [...]

CAPÍTULO II
Do estado de sítio e do estado de emergência
ARTIGO 8.º
(Estado de sítio)

1 - O estado de sítio é declarado quando se verifiquem ou estejam iminentes actos de força ou insurreição que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na lei.

2 - Nos termos da declaração do estado de sítio será total ou parcialmente suspenso ou restringido o exercício de direitos, liberdades e garantias, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º, e estabelecida a subordinação das autoridades civis às autoridades militares ou a sua substituição por estas.

3 - As forças de segurança, durante o estado de sítio ficarão colocadas, para efeitos operacionais, sob o comando do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, por intermédio dos respectivos comandantes-gerais.

4 - As autoridades administrativas civis continuarão no exercício das competências que, nos termos da presente lei e da declaração do estado de sítio, não tenham sido afectadas pelos poderes conferidos às autoridades militares, mas deverão em qualquer caso facultar a estas os elementos de informação que lhes forem solicitados.

ARTIGO 9.º
(Estado de emergência)

1 - O estado de emergência é declarado quando se verifiquem situações de menor gravidade, nomeadamente quando se verifiquem ou ameacem verificar-se casos de calamidade pública.

2 - Na declaração do estado de emergência apenas pode ser determinada a suspensão parcial do exercício de direitos, liberdades e garantias, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º, prevendo-se, se necessário, o reforço dos poderes das autoridades administrativas civis e o apoio às mesmas por parte das Forças Armadas. [...]

Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de Maio, publica o Estatuto dos Militares das Forças Armadas. [...]

Artigo 156.º

Prestação de serviço efectivo por militares na situação de reserva [...]

3 - O militar na situação de reserva fora da efectividade de serviço pode ser convocado, nos termos previstos em legislação especial, para o desempenho de cargos ou o exercício de funções de interesse público no âmbito das missões das Forças Armadas em organismos do Estado, fora da estrutura e da tutela da defesa nacional, na sua área de residência. [...]

Artigo 157.º

Estado de sítio ou de guerra

Decretada a mobilização geral ou declarados o estado de sítio ou a guerra, o militar na situação de reserva deve apresentar-se ao serviço efectivo, de acordo com os procedimentos fixados por despacho do CEM do respectivo ramo. [...]

Artigo 161.º

Reforma [...]

Artigo 163.º

Prestação de serviço na reforma

Sendo declarado o estado de sítio ou a guerra, o militar na situação de reforma pode ser chamado a prestar serviço efectivo compatível com o seu posto, aptidões e estado físico e psíquico. [...]

Código de Honra das Forças Armadas

1. Amo e sirvo a minha Pátria.
2. Defendo Portugal até à perda da vida, para salvaguarda da sua independência, da sua unidade e de todos os seus restantes valores.
3. Respeito a Constituição da República Portuguesa.
4. Cumpro os deveres e aceito os sacrifícios que a condição militar implica.
5. Cultivo a Verdade, a Justiça, a Lealdade e a Camaradagem.
6. Empenho-me no treino duro e continuado, consciente dos riscos que dele decorrem.
7. Pratico e defendo a Disciplina e o respeito pela hierarquia.
8. Honro a minha palavra e assumo a responsabilidade dos meus actos.
9. Imponho-me pelo aprumo e cortesia e respeito a sociedade a que pertença.
10. Orgulho-me de ser Português e de ser Militar.

Uma vez SOLDADO



SEMPRE SOLDADO